



1848

*Homens que seguistes D. Miguel!!! Quereis união? Atirai com D. Miguel para a história*  
(Apelo do jornal *A República* de 20 de Junho, para a união com os miguelistas)

*Os cavalheiros que compunham o Ministério eram probos e a maioria era de homens instruídos; contudo, apenas tinha dois homens capazes de administrar: Gomes e Castro e Falcão*  
(Fronteira, qualificando os membros do governo)

**O ano de todos os ismos. A chegada dos republicanos e dos carbonários**

•**Da II República Francesa à Primavera dos Povos** – Em Paris, a 24 de Fevereiro, instaura-se a II República e, em 18 de Março, em Berlim, desencadeia-se a chamada *primavera dos povos*, enquanto Marx e Engels lançam o *Manifesto do Partido Comunista* e surge o primeiro partido democrata-cristão, o *Zentrum* alemão. E tudo isto quando também começam a utilizar-se na terminologia política as expressões *clericalismo* e anti-clericalismo. A revolução vai naufragar na repressão das chamadas *Jornadas de Julho*, onde se destaca o general Cavaignac, defensor de *uma República apoiada pelos banqueiros e defendida pelos proletários*. Em 2 de Dezembro, dá-se o golpe de Estado de Luís Napoleão, o novo cesarismo, logo apoiado por Auguste Comte e por Momtalember. No processo da *primavera dos povos* foi particularmente afectado o Império da Áustria, instituído em 1804, que era bastante sensível à questão das nacionalidades, dado que, dos 48 milhões de súbditos do Imperador, cerca de 28 milhões constituíam minorias nacionais. Com efeito, o rastilho da Revolução de Fevereiro de 1848 incendiou imediatamente o Império herdeiro do Sacro Império Germânico, sucedendo-se revoltas liberais e nacionalistas na Hungria, em 3 de Março, e na Boémia, em 11 de Março. Se, num primeiro momento, o Imperador cede às reivindicações nacionalistas pela criação de ministérios próprios, responsáveis perante Dietas nacionais, eis que o processo acaba por ser invertido, a partir de Junho, nomeadamente na sequência do congresso de todos os povos eslavos do Império que se desenrolava em Praga e que terminou de forma brutal - a chamada *insurreição do Pentecostes*. Entretanto, os húngaros insistem no separatismo e em 14 de Abril de 1849 proclamam a sua independência plena. A tentativa de liquidação do novo Estado vai ser extremamente violenta, sendo o país atacado em todos os quadrantes: a norte e noroeste pelos austríacos; a sul e sudoeste pelos croatas e sérvios. Contudo, a resistência vai cessar quando entram em cena os russos, chamados pelo Imperador Francisco José, sendo os húngaros obrigados a capitular depois da derrota de Vilagos, ocorrida em 14 de Agosto de 1849. Mas nem tudo se perdeu, dado que o Imperador foi obrigado a ceder às pressões autonomistas dos húngaros que se concretizaram pelo chamado *Compromisso*, negociado entre o chanceler austríaco Beust e o líder moderado húngaro Francisco Deak e assinado em 28 de Junho de 1867. Segundo o documento referido, a Hungria passa a

ser um reino plenamente independente e hereditário, que é atribuído à família dos Habsburgos. Assim, de acordo com o sistema da união pessoal, o rei dos húngaros tinha de ser coroado em Budapeste, onde exerceria o poder executivo, assistido por um governo húngaro responsável perante a Dieta Nacional, eleita por sufrágio censitário. O antigo Império da Áustria passava, portanto, à estrutura dualista do Império Austro-Húngaro, marcado pelo princípio então designado do *K.u.K.*, isto é, *Kaeserlich und Königlich, imperial* relativamente à Áustria e *real* quanto à Hungria, apenas existindo uma administração comum quanto aos ministérios dos Negócios Estrangeiros, da Guerra e das Finanças. Surgia assim a *Monarquia do Danúbio*, dividida ente uma Cisleithania - o Império da Áustria - e uma Transleithania - o Reino da Hungria - , nomes tomados do Rio Leithes, pequeno afluente da margem direita do Danúbio que passou a servir de fronteira entre as duas novas unidades políticas. Acontece que o exemplo de autonomia húngara vai estimular outras nacionalidades a reivindicações semelhantes, com destaque para os croatas, no quadro húngaro, e para os checos, no quadro austríaco. Assim, os croatas, em 1868, obtêm um tipo de dualismo no seio do próprio reino húngaro, passando a ter em Zagreb uma Dieta Nacional Também os checos vão tentar obter a sua autonomia: uma *Declaração* de 22 de Agosto de 1868 reconhece-lhes os direitos históricos e um *Rescrito* de 14 de Setembro de 1871 chega a instituir um Estado triplo, austro-húngaro-boémio. Contudo, esta concessão de autonomia aos checos vai gerar a oposição do Império Alemão e não obtém a concordância dos húngaros, pelo que o *Rescrito* é dado sem efeito, mantendo-se o hibridismo anterior.

● **Republicanismo lusitano** – Através da chamada *tradução em calão* chega o republicanismo a Portugal, sendo fundado o jornal *A República*, com o subtítulo *Jornal do Povo* e o lema *republica circumit orbem* Surge a *Ordem de S. Miguel da Ala*, sociedade secreta miguelista, presidida pelo próprio rei exilado, que dura de 1848 a 1859. Por cá, destaca-se o chamado *poeta-operário* Francisco Gomes Amorim, clamando por Garibaldi e solidarizando-se com a Hungria, bem como o revolucionarismo de José Maria do Casal Ribeiro, com as brochuras *Hoje não é Hontem e O Soldado e o Povo*, Custódio José Vieira, com *Um, Alguns e Todos ou a história de um absurdo*, e Joaquim Marcelino de Matos, com *Bientôt le Socialisme*.

● **Protestos contra a fraude eleitoral**

Protesto de alguns pares do reino junto de Guizot, sobre o acto eleitoral. Alguns antigos chefes da Junta do Porto também escrevem a Guizot, no mesmo sentido (28 de Janeiro).

● **Divisões entre cabralistas** – Consuma-se a ruptura entre José Bernardo da Silva Cabral, defensor do *cartismo puro* contra o *governo débil*, e António Bernardo da Costa Cabral, surgindo, da facção deste último o jornal *A União*, dirigido por José Maria Correia Lacerda (3 de Janeiro). Segue-se, em 14 de Abril, novo órgão do Conde de Tomar, *O Popular*, e em princípios de Maio já António Bernardo abandona o Centro Eleitoral Cartista e constitui um *Centro Director*, onde é figura proeminente João Rebelo da Costa Cabral. Costa Cabral aproxima-se crescentemente do governo de Saldanha, invocando os *graves e extraordinários acontecimentos da Europa*. Saldanha reintegra José Bernardo e António Bernardo

no Conselho de Estado, mas não cede ao chamado *princípio reparador*, reclamado pelos *estandardistas*, isto é, à reintegração dos empregados públicos afastados pelo governo de Palmela (vg. duas centenas de escrivães, cerca de sete dezenas de delegados do Ministério Público e outros tantos juizes). Os exaltados do cabralismo querem matar no ovo as conspirações e defendem a *mão de ferro* contra a chamada *mão de veludo* dos defensores da  *fusão pasteleira*. Mas em meados de 1848, Silva Cabral apenas pode contar com 36 deputados indefectíveis, dado que os outros se rendem aos proclamados propósitos de pacificação e conciliação, representados pela aliança de Costa Cabral com Saldanha.

● **Conspiração anti-situacionista** –

Alexandre Herculano que, como funcionário do Paço, assumira a neutralidade durante o



período cabralista, transforma a sua casa da Ajuda num centro de conspiração intelectual. Por aí passam Almeida Garrett, António Pedro Lopes Mendonça, Marquês de Niza, Santana e Vasconcelos, José Maria Grande e Latino Coelho<sup>27</sup>. Já na Câmara dos Pares, Sá da Bandeira defende que *o princípio progressista de reforma vai triunfando rapidamente em toda a Europa*, pelo que *o nosso país não pode ficar como se acha*.

● **Revolucionários e carbonários** – Os efeitos parisienses fazem-se sentir logo em 9 de Abril em Coimbra, com estudantes a proclamarem a chegada da *regeneração do mundo*, neste *combate de vida ou de morte entre o absolutismo emboscado e a democracia descoberta*, como pode ler-se no jornal *Observador*, um dos muitos periódicos que então emergem, ao lado de *O Regenerador*, a *Patuleia*, *O Republicano* e *A República*, onde aparecem como colaboradores o padre João Cândido de Carvalho, Daniel Sines, João Maria Nogueira e José Maria do Casal Ribeiro. Criada uma comissão revolucionária de Lisboa com Oliveira Marreca, Rodrigues Sampaio e José Estevão. À comissão aderem Casal Ribeiro, Henriques Nogueira, Anselmo Braamcamp, Luís Augusto Palmeirim e Lobo de Ávila (17 de Maio). Em 29 de Maio ressurgem em Coimbra a Carbonária Portuguesa, com o velho Joaquim Pereira Marinho, já marechal reformado, a delegar a liderança no padre e boticário António de Jesus Maria da Costa. O modelo reforça-se em 1851, com uma visita secreta de Mazzini a Lisboa.

● **A conspiração das hidras** – Saldanha, em aliança com Costa Cabral, comunica à Câmara dos Deputados, em Junho, que pretende *esmagar com mão de ferro a hidra revolucionária*, sem necessidade de qualquer tipo de repressão sangrenta. Os jornais da oposição patuleia, como a *Revolução de Setembro* e *O Patriota* e chegam a aliar-se em críticas com o *Estandarte* de José Bernardo da Silva Cabral, os extremos dos *jacobinos* e dos *despeitados* que assim se tocam.

● **Desonestidades** – Como observará Alexandre Herculano, *a desonestidade era tão indecente que mais de metade das sessões parlamentares eram passadas a discutir os escândalos do comportamento dos ministros*.

● **Remodelações** – Em 8 de Janeiro: Brigadeiro Fernando da Afonseca Mesquita e Sola (1795-1857), 1º barão de Francos, na guerra.

● Em 21 de Fevereiro: D. José Joaquim de Azevedo e Moura, bispo de Viseu, nos negócios eclesiásticos e justiça (até 29 de Março de 1848).

● Em 29 de Março: Saldanha no reino (até 1 de Junho de 1849). João Elias da Costa Faria e Silva, na justiça (até 29 de Janeiro de 1849); José Joaquim Januário Lapa (1796-1859), visconde Vila Nova de Ourém, na marinha; José Joaquim Gomes de Castro nos estrangeiros, até 18 de Junho de 1849 (substituído por Saldanha de 3 de Maio a 1 de Junho de 1849, por doença).

● **Probos, instruídos, mas sem saberem administrar** – *Os cavaleiros que compunham o Ministério eram probos e a maioria é de homens instruídos; contudo, apenas tinha dois homens capazes de administrar: Gomes e Castro e Falcão* (Fronteira, qualificando os membros do governo).

● **Concordata** – Costa Cabral que, logo em 1842, reatara as relações diplomáticas com Roma, negocia uma Concordata visando a criação de um Tribunal de Nunciatura e de uma Bula de Santa Cruzada, assinada em 21 de Outubro.

📖 Bonifácio, Maria de Fátima (*O Século XIX...*): 55; (*A Ascensão...*): 34 ss. Chagas, Pinheiro (XI): 322, 323, 324; Fronteira (VIII): 285, 288, 289; Lavradio (III): 272, 273, 279, 280; Nogueira, Franco (1971): 276 ss.; Oliveira, P. Miguel de (1968): 346; Ribeiro, Maria Manuela Tavares (1990); Sá, Victor de (1969): 129 ss..